

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE LETRAS - FALE
LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS

EDLUZIA SANTOS LAURENTINO

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM NO LIVRO
DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO

MACEIÓ- AL

2020

EDLUZIA SANTOS LAURENTINO

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM NO LIVRO
DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO**

Artigo científico apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Português da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para a obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientação: Dra. Yana Liss Soares Gomes.

MACEIÓ-AL

2020

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM NO LIVRO
DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO**

Artigo Científico submetido ao Curso de Letras Português da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para a obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Prof. Dr^a Yana Liss Soares Gomes.

Artigo Científico aprovado em: ____/____/_____.

Comissão Examinadora

Examinadora 1 - Presidente

Profa. Dra. Yana Liss Soares Gomes – CEDU/FALE/UFAL

Examinadora 2

Profa. Dra. Adriana Cavalcanti dos Santos- CEDU/UFAL

Examinadora 3

Prof. Dra. Flávia Colen Meniconi - FALE/UFAL

MACEIÓ

2020

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO

Edluzia Santos Laurentino

Yana Liss Soares Gomes (CEDU/UFAL)

RESUMO: Este artigo discute a abordagem da variação linguística e a relação com as concepções de linguagem a partir de uma análise no livro didático de língua portuguesa do 1º ano do Ensino Médios. Os estudos teóricos que fundamentaram esta análise foram: Araújo e Pereira (2017), Fiorin (2013), Bagno (2007), Travaglia (2009), dentre outros. Para tanto, foi realizada uma análise descritiva do material didático selecionado: o livro “Ser protagonista: Língua Portuguesa”, indicado para o 1º ano do Ensino Médio, edição de 2016. Na análise do tratamento da variação linguística presente no livro didático observamos que o material apresenta, na seção Práticas de linguagem, os principais conceitos sobre a variação linguística, ao modo que, situa e fornece o leitor as concepções e as características pertinentes a este conteúdo. Em relação à concepção de linguagem, observamos que a percepção de prática social orienta as propostas do LD, porém, em algumas atividades apresentadas seguem uma perspectiva de reconhecimento e reprodução do conhecimento, contradizendo a concepção de linguagem como interação social.

Palavras-chave: Variação linguística. Concepções de linguagem. Livro Didático. Língua Portuguesa.

1 INTRODUÇÃO

O livro didático (LD) é um dos instrumentos mais utilizado no cenário educacional brasileiro, por esta razão tem um impacto social no ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa (LP). Por se tratar de um material mais acessível aos professores de LP e contemplar orientações curriculares, o LD tem-se constituído cada vez mais como um instrumento pedagógico que norteia a prática docente na Educação Básica.

A motivação para investigar a temática da variação linguística e das concepções de linguagem surgiu do interesse de conhecer como o LD aborda as questões relacionadas ao estudo e à análise da variação e dos diversos usos linguísticos, considerando os fatores inerentes à diversidade linguística e às atividades propostas para o ensino de LP.

Compreendendo que o estudo da variação linguística é parte imprescindível no componente curricular de língua portuguesa (LP), elegemos analisar a abordagem dessa temática em um livro do 1º ano do Ensino Médio. As questões norteadoras deste estudo são:

Quais aspectos conceituais da variação linguística são explorados no livro? Qual a concepção de língua/linguagem fundamenta a proposta do livro didático?

O objetivo geral da pesquisa é analisar a abordagem da variação linguística e as concepções de linguagem no livro didático de Língua Portuguesa do Ensino Médio. Para tanto, foi necessário estabelecer os aspectos conceituais da variação linguística abordados e, além disso, verificar a concepção de língua/linguagem que fundamenta a proposta do livro didático.

Esta análise descritiva do livro didático encontra-se fundamentada pelos seguintes estudos: Araújo e Pereira (2017), Dionísio e Bezerra (2001), Cecílio e Matos (2006), Fiorin (2013), Marcuschi (2010), Silva e Aragão (2013), Bagno (2007), Bortoni-Ricardo (2005), Faraco (2008), Travaglia (2009), Geraldi (1997, 2006) e Soares (1998).

2 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

2.1 Concepções de linguagem, Variação Linguística e Ensino de Língua

Tradicionalmente, o ensino de Língua Portuguesa (LP) tem sofrido forte influência de algumas concepções teóricas relacionadas à linguagem, dentre elas Geraldi (2006) e Travaglia (2009) citam três perspectivas de maior impacto no ensino de LP, a saber: expressão de pensamento, instrumento de comunicação e meio de interação social.

A primeira concepção, linguagem como expressão do pensamento, diz respeito à visão de língua monológica em que o pensamento antecede a linguagem e que, portanto, desconsidera os fatores extralinguísticos, tais como o contexto e os interlocutores envolvidos na interação. Segundo Geraldi (2006, p.41) “[...] essa concepção ilumina, basicamente, os estudos tradicionais. Se concebemos a linguagem como tal, somos levados a afirmações-correntes de que pessoas que não conseguem se expressar não pensam”. Para essa concepção, a língua é individual, ou seja, o sujeito somente será capaz de se expressar mediante a uma organização lógica interna (do pensamento) e, por meio de uma seleção de palavras consigam a exteriorização linguística.

Com relação ao ensino de língua, essa perspectiva teórica orienta uma abordagem cujo foco da prática é “[...] ensinar o português para conhecer/reconhecer, o sistema linguístico, ou apresentando e fazendo aprender a gramática da língua”, afirma Soares (2005). Assim sendo,

não é considerada a função do contexto na prática da linguagem e não admite a existência dos fatores sociais na comunicação. Nesse sentido, conforme Travaglia (2009), a ideia é que:

[...] as pessoas não se expressam por bem porque não pensam. A expressão se constrói no interior da mente, sendo sua exteriorização apenas uma tradução. A enunciação é um ato monológico, individual, que não é afetado pelo outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enunciação acontece (TRAVAGLIA, 2009, p.21).

A língua vista desta forma, passa a ser concebida como um sistema de normas, um processo lógico de ações, fechada e padrão, sem intervenção do meio social. Há uma dissociação com o cotidiano, com o que é concreto e real na interação social. Para Kock (2005), o sujeito dessa concepção de língua “[...] é psicológico, individual, dono de sua vontade e de suas ações” (p.13-14). Dito de outra maneira, o sujeito é um ego que cria uma representação mental e almeja que essa representação seja captada pelo interlocutor da forma que foi mentalizada.

A segunda concepção, linguagem como instrumento de comunicação concebe a língua como finalidade de comunicação com foco na reprodução, na decodificação de mensagens e na memorização das regras gramaticais. Conforme Geraldi (2006, p.41) “[...] essa concepção está ligada à teoria da comunicação e vê a língua como código (conjunto de signos que se combinam segundo regras) capaz de transmitir ao receptor certa mensagem”. Nesta abordagem a língua é tratada como código, responsável por transmitir informação, não havendo estudo sobre o seu funcionamento interno da língua, ou seja, o objetivo é o desenvolvimento das habilidades de expressão e compreensão de mensagem.

No que se refere ao ensino de língua, a segunda concepção linguagem como instrumento de comunicação fundamenta uma prática docente cujo objetivo é o trabalho com “[...] as normas e regras do funcionamento desse dialeto de prestígio: ensino da gramática, isto é, ensino a respeito da língua, e contato com textos literários” (SOARES, 1998, p.54). Sendo assim, “[...] os objetivos passam a ser pragmáticos e utilitários: trata-se de desenvolver e aperfeiçoar os comportamentos do aluno como emissor e receptor de mensagens, através da utilização e compreensão de códigos diversos-verbais e não-verbais” (p.57).

A terceira e última concepção, linguagem como forma de interação, atribui à língua um fator histórico e social indissociável a realidade em que está inserida. Em relação a essa perspectiva, a linguagem é o lugar de interação humana, sendo de fundamental importância para a construção das relações sociais. Segundo Geraldi (2006, p.41): “[...] a linguagem é vista

como um lugar de interação humana. Por meio dela, o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria levar a cabo, a não ser falado”.

Conforme Volóchinov (2017, p.148): “[...] a língua é atividade, um processo ininterrupto de criação, realizado por meio de atos discursivos individuais”. Desse modo, a interação pela linguagem é realizada quando há produção de sentido entre os interlocutores situados em determinados contextos históricos e sociais. A “[...] a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana”. (BAKHTIN, 1997, p.279). Essa concepção demonstra uma visão distinta das outras que tratavam a língua como um sistema linguístico estável, fixa e sem espaço para a intervenção do meio externo. Nessa perspectiva, o uso da língua é fundamental para as relações sociais de compreensão e de expressão entre os sujeitos que compõe o diálogo, ela se faz e se refaz na relação humana.

A percepção de linguagem como interação social possui ligação com os estudos desenvolvidos pela Sociolinguística, ciência que se preocupa em investigar o uso da língua no contexto social, ou seja, se atenta para a relação entre língua e sujeito na sociedade. Ou seja, a Sociolinguística se preocupa com a língua no contexto social e com a diversidade que ela apresenta ao se manifestar na sociedade em que está inserida. De acordo com Gomes (2010, p.19), a “[...] Sociolinguística é considerada uma área relativamente nova no contexto da ciência dos estudos linguísticos. Ela ocupa-se em investigar a relação entre língua, cultura e sociedade [...]”. Examina o extralinguístico, ou seja, os aspectos sociais e contextuais que envolvem todos os efeitos da língua na sociedade.

Segundo Araújo e Pereira (2017), os estudos teóricos sobre a Sociolinguística tiveram início em meados da década de 60. Para Tarallo (1997, p.7) um dos primeiros teóricos envolvidos em investigar esse fator linguístico foi William Labov que enfatizou a “[...] relação entre língua e sociedade e na possibilidade, virtual e real, de se sistematizar a variação existente e própria da língua falada”.

De acordo com Bagno (2007, p.38), o objetivo Sociolinguística é “[...] relacionar a heterogeneidade linguística com a heterogeneidade social”. Isto é, não há uma separação entre língua e sociedade, é impossível analisar a língua sem investigar a sociedade em que ela se realiza, criando uma relação de dependência, pois ambas interferem e se constituem igualmente. Bagno (2007, p.36) declara que a língua “[...] é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, e está sempre em desconstrução e reconstrução”. Isto quer dizer que, a língua está à disposição dos falantes para que realizem as diversas formas de interação, seja no contexto oral ou escrito.

Quanto às influências das concepções de linguagem no ensino de Língua Portuguesa Gomes (2010, 2014, 2017), destaca que nas escolas brasileiras, historicamente, houve o predomínio da concepção teórica de instrumento de comunicação. Logo, a prioridade era o ensino invariável da língua, enquanto código normatizado por um conjunto de regras, a norma culta, prestigiada socialmente.

No contexto atual, não podemos excluir a possibilidade de que, em alguns contextos de ensino ainda seja priorizado o ensino o uso de regras gramaticais. Esse modelo didático ignora as variedades pertencentes à língua e a norma padrão. Segundo Faraco (2008, p.174) como “[...] instrumento de violência simbólica e discriminação sociocultural”, tendo em vista que desconsiderava a heterogeneidade linguística do povo brasileiro.

A visão de “unidade linguística” ensinada nas escolas durante décadas revela que se criou uma relação de desconhecimento e discriminação por parte dos falantes da norma-padrão, visto que sujeitos falantes de outras variações linguísticas são tidos como inferiores, marginalizados e de fala errada. Com relação a essa ideia de “unidade linguística”, Bagno (2007, p.18) afirma que “[...] o fato de no Brasil o português ser a língua da imensa maioria da população não implica, automaticamente, que esse português seja um bloco compacto, coeso e homogêneo”. Ou seja, a língua varia, dado que ela acompanha o desenvolvimento da sociedade, se adapta e é comum aos seus falantes, cumprindo o seu papel de propiciar a comunicação entre sujeitos do mesmo grupo. Portanto, é necessário compreender esse fator dinâmico e sanar os preconceitos linguísticos de quem se expressa de forma diferente.

Segundo Antunes (2007), o modo equivocado de pensar a norma culta como única forma de falar concede a língua uma uniformização e a ideia de que não há variação e nem adequação ao contexto de uso. A autora afirma que por existir situações sociais diversas é evidente a necessidade de haver padrões de uso da língua diferentes. Ressalta ainda que a norma culta não é melhor do que as outras, o que prevalece é a modalização do falante que adequa a sua fala a determinadas condições de uso.

A introdução da temática da variação linguística no contexto educacional brasileiro, ocorreu em meados dos anos 90, a partir das orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Portuguesa, assim concebida: “[...] a variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis [...]. Assim, quando se fala em Língua Portuguesa está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades” (BRASIL, 1998, p.29).

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM, 2006) reforçaram a ideia de que heterogeneidade é um fator inerente à língua, e que no ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa fosse considerado aos fatores extralinguísticos que influenciam os usos

diversos da língua, sejam em contextos formais e ou informais. A partir dessas diretrizes, as orientações oficiais davam conta que o ensino de LP deveria proporcionar aos alunos uma compreensão das variedades de usos da língua.

Nesse sentido, os programas de ensino e os materiais didáticos passaram a contemplar a abordagem da variação linguística como fundamental para reconhecer a diversidade linguística como objeto de estudo e análise nas aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio, por meio das diversas situações de usos linguísticos que permitem a ampliação do repertório linguístico dos alunos.

A Base Nacional Comum Curricular BNCC (2017) veio corroborar com essa perspectiva de ensino quando elege na competência 4 a importância de compreender a língua e sua heterogeneidade:

Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como respeitando as variedades linguísticas e agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2017, p.494).

Levando em consideração a multiplicidade da língua e as variações nela existentes, faz-se necessário que as propostas de ensino da língua materna sejam norteadas pela concepção de linguagem como interação social com foco na abordagem da variação linguística, partindo da análise que transcenda o estudo das regras estáveis do sistema linguístico e que reconheça os diversos usos linguísticos e as adequações linguísticas que os falantes fazem em função do contexto histórico, social e cultural dos sujeitos falantes.

2.2 Livro Didático e Ensino de Língua Portuguesa

O livro didático (LD) é um material de grande relevância na educação brasileira, desde o seu surgimento assumiu um papel de destaque no processo de ensino e aprendizagem, isto é, tem se apresentado como um instrumento de pesquisa e informação que pode auxiliar os professores em suas aulas de Língua Portuguesa.

Segundo Geraldi (1997), os anos de 1970 a 1980 marcaram o início da “Democratização do Ensino” (p.115), concretizando a proposta da política educacional, ainda, estabelecida no governo de 1964 que tinha como objetivo ampliar o acesso das classes desfavorecidas à educação e oferecer igualdade de condições de ingresso de mais pessoas às escolas.

A disseminação do ensino com esse movimento educacional acarretou um crescimento elevado de alunos nas escolas, resultando na necessidade da busca por professores que atendessem essa demanda, porém, os cursos de formação desses profissionais eram de curta duração e sem embasamento teórico que os preparassem para assumir uma sala de aula. (GERALDI, 1997). Visando suprir a falta de capacitação do professor tornou-se fundamental a criação de um material que assessorasse as aulas, segundo explica o autor:

[...] a solução para o despreparo do professor, em dado momento, pareceu simples: bastaria oferecer-lhe um livro que, sozinho, ensinasse aos alunos tudo o que fosse preciso. Os livros didáticos seriam de dois gêneros: verdadeiros livros de textos para alunos, e livros – roteiros para os professores, para que aprendessem a servir-se bem daqueles (GERALDI, 1997, p.117).

Ainda de acordo com Geraldi (1997), com o surgimento do livro didático o ensino de Língua Portuguesa passou a ser automatizado e os assuntos passaram a ser sintetizados e sistematizados, privilegiando a mecanização da palavra e com foco em atividades de definição, análise e repetição do sistema linguístico. Desde então, o livro didático de português passou por grandes modificações e intensas avaliações na abordagem de seus conteúdos.

Em relação às propostas de ensino de LP no livro didático, Bagno (1999, p.119) critica a ênfase dada ao “[...] ensino da gramática normativa mais estrita, a obsessão terminológica, a paranoia classificatória, o apego à nomenclatura nada disso serve para formar um bom usuário da língua em sua modalidade culta”. Consonância a Silva e Aragão (2013, p.256) tais propostas e práticas focam “[...] a memorização e a reprodução de conteúdos previamente estabelecidos nos objetivos de aprendizagem idealizados a serem alcançados”.

Segundo Dionísio e Bezerra (2001) a qualidade dos conteúdos temáticos presentes nos LDs foi desconsiderada durante muito tempo e a preocupação com a composição dos livros didáticos só teve início em 1996 quando o MEC submeteu às obras aos critérios de avaliação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Desde então, as coleções aprovadas e disponibilizadas para as escolas públicas brasileiras passam por análises de especialistas garantindo uma maior qualidade aos materiais didáticos distribuídos às escolas.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) criou rígidos critérios de avaliação a fim de verificar se os livros didáticos inscritos no programa atendem as diretrizes do ensino de LP de uso social, além de comprovar a efetividade teórica – metodológica das obras. Desde então, é possível perceber um cuidado para que os textos contribuam efetivamente na formação dos alunos e na constituição de um leitor/produtor textual crítico e em relação à análise linguística, os estudos e reflexões acerca desse tema buscam superar a forma de ensino

tradicional de gramática, procurando modos para que seu estudo seja trabalhado de modo contextualizado e para assegurar que o livro didático tenha esse compromisso (BRASIL, 2018).

Em síntese, o Livro Didático de Português (LDP) passou por diversas modificações, tendo que acompanhar as mudanças da educação brasileira, as pesquisas e reflexões sobre a linguagem, além da inquietação de estudiosos insatisfeitos com o ensino superficial e estável da língua. A partir de então, o LD passou a se adequar às novas necessidades de ensino que favorecem a interação na sala de aula, pois o ensino sistematizado de conteúdos não satisfaz mais os objetivos da educação, nem beneficia o conhecimento significativo e sequer compreendem as transformações nas relações sociais.

Segundo Ota (2009, p.216), o LD é um “[...] sedutor por possuir a característica, por um lado, de propiciar praticidade ao trabalho pedagógico, embora, às vezes, seja uma praticidade acrítica, alienante e, por outro lado, de ser agradável e atrativo aos olhos de quem lê”. Nesse sentido, faz-se necessário que o professor assuma uma posição crítica, realize análise prévia sobre a proposta do material que vai trabalhar para que suas práticas em sala de aula favoreçam um ensino mais significativo.

De acordo com Dionísio e Bezerra (2001), o LDP precisa cumprir com o objetivo de proporcionar ao professor e ao aluno ferramentas apropriadas que os auxiliem nos objetos didáticos de língua materna. Para isto, é preciso observar se o LDP: “[...] mobiliza corretamente a língua oral, quer para o desenvolvimento da capacidade de falar/ouvir, quer para a exploração das muitas interfaces entre oralidade e escrita; [...] desenvolve os conhecimentos linguísticos de forma articulada com as demais atividades. (DIONÍSIO; BEZERRA, 2001, p.13).

Dionísio e Bezerra (2001), o LDP como instrumento pedagógico tem grande relevância na educação brasileira e “[...] precisará enfrentar os novos objetos didáticos do ensino de língua materna: o discurso, os padrões de letramento, a língua oral, a textualidade, as diferentes ‘gramáticas’ de uma mesma língua etc”. (p. 13). Ou seja, que o material seja capaz de compreender todos os aspectos referentes ao processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa.

3 METODOLOGIA

Este estudo refere-se a uma análise descritiva de natureza qualitativa direcionada à investigação da abordagem da variação linguística em um livro didático de Língua Portuguesa do Ensino Médio. Os princípios teórico-metodológicos da pesquisa descritiva norteiam esta análise documental (GIL, 2002).

Segundo Ludke e André (1986) a técnica de análise de documentos é fundamental para a abordagem na pesquisa de natureza qualitativa, desvendando problemas ou complementando informações obtidas de outras técnicas. Os documentos são fontes estáveis e natural de informações que persistem ao tempo, podendo ser consultados diversas vezes e servindo de base e estabilidade aos resultados da pesquisa.

Selecionamos o material didático de Língua Portuguesa em função dos seguintes critérios: material que apresentasse proposta de estudo sobre a variação linguística, obra aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e livro que fosse adotado por uma escola pública de Maceió-AL.

O livro escolhido, Ser protagonista: Língua Portuguesa, indicado para o 1º ano do Ensino Médio foi publicado no ano de 2016 pela Edições SM. Os autores são, respectivamente, Ricardo Gonçalves Barreto, Marianka Gonçalves-Santa Bárbara e Cecília Bergamin. Vejamos de forma ilustrativa a figura 1 que se refere à capa do livro:

Figura 1: Livro Didático de Língua Portuguesa



Fonte: Barreto; Bárbara e Bergamin (2016).

A análise do estudo foi elaborada em função das seguintes categorias: estabelecimento dos aspectos conceituais da variação linguística explorados no livro e verificação da concepção de língua/linguagem que fundamenta a proposta de ensino para Língua Portuguesa.

4 ANÁLISE DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Para a análise do livro “Ser protagonista: língua portuguesa”, inicialmente, descreveremos a organização da abordagem da variação linguística e em seguida, procederemos a discussão com base nas seguintes categorias analíticas: abordagem da variação linguística, atividades de prática de linguagem e concepção de língua/linguagem.

O livro didático (LD) analisado está subdividido em três partes: Literatura, Linguagens e Produção Textual. Ao todo são 9 capítulos distribuídos em quatro unidades (6, 7, 8, e 9), conforme exposto a seguir no quadro 1:

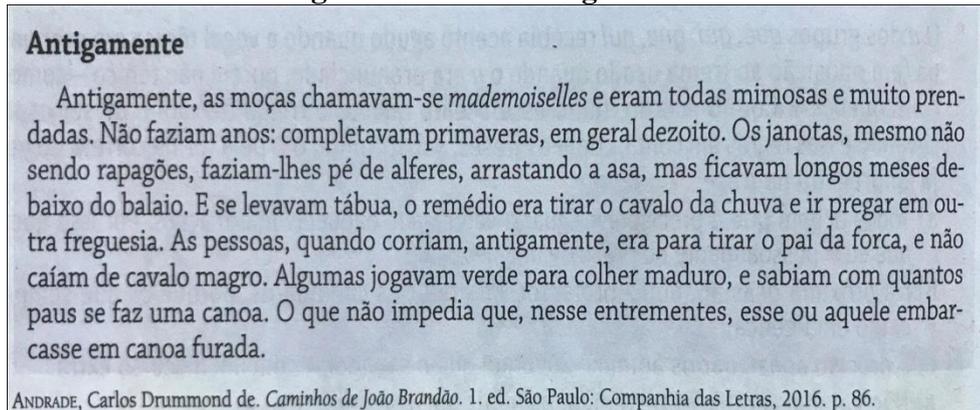
Quadro 1: Proposição didática para atividades de prática de linguagem

| Unidade 6 | Introdução aos estudos sobre a linguagem | Tópicos abordados |
|------------------|---|--|
| Cap. 9 | Linguagens, linguagem verbal e língua | Linguagens; Os estudos sobre a linguagem verbal |
| Cap. 10 | Uma língua, muitas línguas | Variação linguística |
| Unidade 7 | Linguagem e comunicação | |
| Cap. 11 | Relações comunicativas | Teoria da comunicação; As limitações da teoria da comunicação |
| Cap. 12 | Da fala para a escrita, da escrita para a fala | Quem nasceu primeiro, a fala ou a escrita? Duas modalidades uma língua |
| Unidade 8 | Linguagem e sentido | |
| Cap. 13 | As palavras e as coisas | Semântica: os modos de criar sentido; As relações lexicais |
| Cap. 14 | A linguagem opaca | Figuras de linguagem; Princípios de construções das figuras de linguagem |
| Unidade 9 | Linguagem e materialidade | |
| Cap. 15 | A linguagem no microscópio | Fonema e letra; As unidades de sentido das palavras |
| Cap. 16 | De onde vêm as palavras? | Palavras que se juntam para formar outras: composição; outros processos de renovação do léxico e neologismos |
| Cap. 17 | As tramas da língua | Tecer palavras; como se costuram os sentidos de um texto?; Mecanismos de produção e Mecanismos de produção de coerência. |

Fonte: elaboração própria

Conforme apresentado no quadro 1, a abordagem da variação linguística no LD aparece na unidade 6 - “Introdução aos estudos sobre a linguagem”, mais especificamente no capítulo 10, denominado “Uma língua, muitas línguas”. Nesse capítulo, são apresentados os conceitos e as atividades para a discussão sobre a variação linguística. Há um texto motivador que fala da mudança de uso de algumas palavras da Língua Portuguesa, vejamos a figura 2:

Figura 2: Texto “Antigamente”

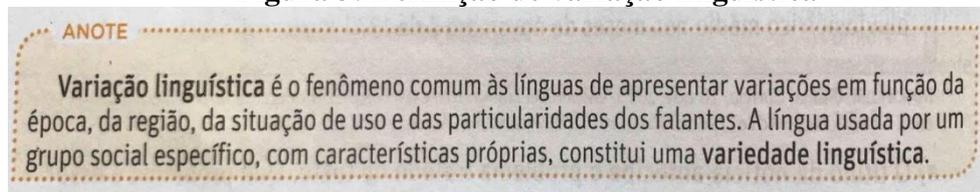


Fonte: Barreto, Bárbara e Bergamin (2016, p.158).

O texto “Antigamente” faz uma introdução à discussão da temática da variação linguística. Os autores apontam palavras do texto que sofreram modificações ao longo dos anos, e por isso são raramente usadas nos dias de hoje. Na sequência, traz atividades para mostrar que novos vocábulos surgem e outras deixam de ser usadas com frequência, salientando que essas mudanças ocorrem em virtude do caráter dinâmico da língua.

A questão da diversidade linguística é discutida no capítulo 10, a partir da definição de variação linguística. Vejamos a figura 3:

Figura 3: Definição de variação linguística



Fonte: Barreto, Bárbara e Bergamin (2016, p.158).

Após trazer essa definição de variação linguística, o livro didático inicia a discussão sobre os tipos de variação, a saber: histórica, regional, social, situacional. Em seguida, traz uma reflexão sobre a norma-padrão, norma culta e adequação linguística.

O LD orienta ao leitor que houve modificações das palavras, dos sons, das formas e dos significados ao longo do tempo. O livro nomeia de *variação histórica* com a finalidade de destacar o caráter dinâmico da língua evidenciando as palavras usadas no passado e que hoje não são utilizadas e nem reconhecidas como antes ou que tiveram mudança no seu sentido. Conhecida, também como variação diacrônica, esse tipo de uso surge da “[...] comparação entre etapas da história de uma língua”. Essa contextualização se torna importante para que o aluno perceba que a língua muda através da história e que o repertório conhecido por ele hoje provém de permanentes transformações.

A *variação linguística regional* é apresentada no livro como fruto das diferenças que uma língua apresenta nas diversas regiões em que é falada. Incluem nesses exemplos, vocábulos, sotaques e a construção gramatical das frases observadas entre os falantes de locais distintos. Outra denominação para essa variação é a *variação diatópica* que para Bagno (2006, p.46) “[...] é aquela que se verifica na comparação entre os modos de falar de diferentes regiões”.

Nesse ponto o livro demonstra aos leitores que a língua falada varia a depender de fatores geográficos e culturais. Quando esse tema é trabalhado em sala de aula dessa forma, possivelmente, irá contribuir para a desmistificação sobre o preconceito regional, além disso, trabalha sobre a visão de que uma específica região “fala certo” e a outra “fala errado”, ou seja, o aluno compreende que a língua é apresentada e representada pelo falante e sua cultura.

A *variação social* é apresentada no livro como uso específico de um determinado grupo de pessoas. Conforme exposto, o que caracteriza esta variação são os diferentes contextos sociais em que as pessoas estão inseridas, isto é, a diversos fatores influenciam como a idade, as classes econômicas, os níveis de escolarização e as profissões que exercem. Também designada *variação diastrática* “[...] é aquela que se verifica na comparação entre os modos de falar das diferentes classes sociais” (BAGNO, 2006, p.46). Essas particularidades são responsáveis por proporcionar as pessoas uma identificação e pertencimento dentro de um grupo.

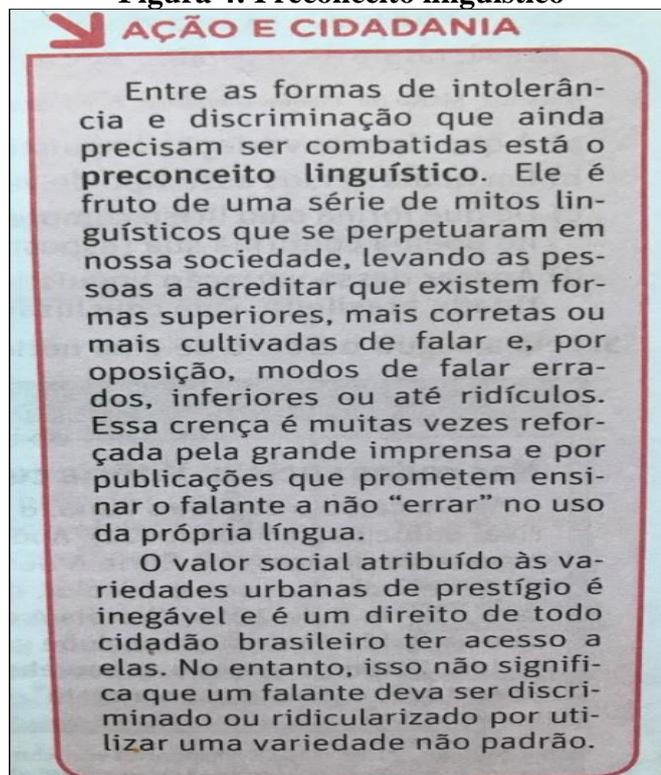
Quanto à *variação situacional*, os autores do livro salientam que há diversas formas de uso situacional da língua, por exemplo, em uma entrevista de emprego não se fala do mesmo modo que em uma situação de intimidade, ou seja, há uma adequação do uso da língua para determinados ambientes e contextos. Conhecida como *variação difásica*, para Bagno (2006, p.47) essa variação estilística representa “[...] o uso diferenciado que cada indivíduo faz da língua de acordo com o grau de monitoramento que ele confere ao seu comportamento verbal”. Ou seja, o sujeito falante molda a sua linguagem dependendo da situação que está introduzido.

Acerca da norma-padrão, norma culta e adequação o livro aborda a questão da língua, enfatizando que não existe uma forma de falar melhor ou pior do que a outra, mas que há algumas variações linguísticas são preferíveis usar em determinadas situações, ou seja, que a língua não possui uma única maneira de expressão, isto é, ela permite que o sujeito falante realize adequações ao contexto comunicativo. Ressaltam também que a norma-padrão era uma idealização e que nenhum documento ao longo da história registrava o uso dessa norma.

Para Antunes (2007) a norma-padrão durante um período da história brasileira serviu como pretexto de uma sociedade letrada a fim de criar uma uniformidade linguística. Já em relação à norma culta, a autora expõe que “[...] é um requisito linguístico-social próprio para as situações comunicativas formais, sobretudo para aquelas atividades ligadas à escrita” (p. 88). Neste ponto, podemos perceber que a abordagem do LD sobre a norma culta e norma padrão enfatiza o valor social da língua, assim como a sua adequação no contexto de uso.

O livro aborda conceitos importantes acerca da variação linguística, porém não há o aprofundamento das discussões sobre o tema, ou seja, os autores citam e exemplificam os tipos de variação, mas não adicionam nenhuma outra informação que complemente a discussão. Esse tipo de abordagem não enfatiza eventos intrínsecos recorrentes ao preconceito linguístico com as variantes linguísticas não prestigiadas socialmente, com exceção do registro a seguir:

Figura 4: Preconceito linguístico



Fonte: Barreto, Bárbara e Bergamin (2016, p.159).

A partir da análise deste tópico, observamos que essa questão do preconceito linguístico poderia ser mais bem aprofundada pelo LD já que o preconceito em relação à diversidade linguística ainda persiste nos dias atuais. Portanto, trabalhar esse tema na sala de aula pode contribuir para a conscientização do aluno e serve para que episódios de intolerâncias linguísticas diminuam ou desapareçam.

De acordo com as diretrizes da BNCC do Ensino Médio (BRASIL, 2017, p.70) “[...] é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico”. Desta forma, “pode-se não só contribuir para a construção e a ampliação de conhecimentos dos alunos sobre como agir nessas praticas, como também promover um ambiente profícuo à discussão e à superação de preconceitos linguísticos”. (BRASIL, 2006, p.37).

A partir deste momento procederemos a análise que é descrever como o livro didático organiza as atividades da sessão práticas de linguagens. Ressaltamos que a escolha dessa seção para descrição e análise foi realizada, pois corresponde ao ensino da variação linguística que é a proposta de pesquisa do nosso tema.

Iniciaremos a descrição da sessão prática de linguagem pelo capítulo 10, salientamos que, como visto acima, já o detalhamos com os tópicos e assuntos propostos para discussão do tema. Por esta razão, neste momento, partiremos para análise e comentário das atividades recomendadas para interpretação dos conteúdos estudados. A primeira atividade traz um anúncio de um secador, com o título “Falando de compras com Nancy Sasser”, veja a questão a seguir:

Figura 5: Variação linguística

Prática de linguagem

1. Leia este texto, uma “crônica de anúncios” de uma revista de 1957, e responda às questões.

Falando de compras com Nancy Sasser
Uma crônica de anúncios para a mulher brasileira

O verão traz as delícias da praia e os gostosos banhos de mar e piscina, mas... será que vale a pena molhar os cabelos? Vale sim, amiga. Depois v. poderá secá-los e fazer a “mise-en-plis” num instante. Basta ter um Secador de Cabelos GILDA. Tenho um e v. não imagina o serviço que me presta! Seca o cabelo em alguns minutos apenas, com um jacto de ar quente ou frio. É portátil e como poupa tempo e gastos em cabeleireiros!

Falando de compras com Nancy Sasser. Revista *Seleções*, dez. 1957.



a) Considerando a finalidade com a qual o texto foi escrito, que tipo de efeito ele provoca no leitor dos dias de hoje?

b) Cite dois exemplos de variação histórica presentes no texto.

c) É possível afirmar que a variação histórica presente na linguagem do texto também reflete um contexto social diferente dos dias de hoje? Explique.

d) Reescreva o texto no caderno, supondo que ele se dirigisse a uma mulher contemporânea. Para isso, avalie qual é a linguagem mais adequada para a tarefa de convencer essa mulher a comprar o secador de cabelo.

VOCABULÁRIO DE APOIO
mise-en-plis:
 técnica de penteado para ondular os cabelos com rolos aplicados sobre o cabelo molhado

Fonte: Barreto, Bárbara e Bergamin (2016, p.160).

Como podemos observar à pergunta da atividade ilustrada induz o aluno a respostas curtas, por exemplo, na alternativa “a” a resposta poderá ser restrita a uma frase ou a uma palavra, como, por exemplo, “*curiosidade*”, “*interesse*”, simplificando a interpretação sobre o que foi lido no anúncio. A atividade do LD poderia levar o aluno a questionar de que forma essa diferença acontece, porque ela ocorre, sendo ele o leitor, como se sente, se nos dias de hoje existe ainda esse tipo de texto entre outros. Além disso, na alternativa “b” o aluno é levado a identificar no texto dois exemplos referentes à variação histórica, ou seja, um simples ato de reconhecimento. Portanto, tanto a alternativa “a”, quanto a “b” se distancia da concepção de língua como interação, pois não explora do aluno a linguagem em uso.

Na alternativa “c” há uma tentativa de relacionar o texto com o contexto social do aluno, porém, entendemos como uma forma de disfarçar o seu objetivo que não passar de “pretexto” para repetição de palavras do texto e de afinamento de interpretações diversas. A letra “d” difere das demais, pois pede que o aluno reescreva o texto com palavras do seu cotidiano com o objetivo de convencer a compra do produto. Por um lado, o aluno poderá adequar a linguagem ao anúncio e pensará quais palavras causariam impacto para convencimento na venda do objeto. Entretanto, corre-se o risco de que o aluno reescreva o texto alterando somente algumas palavras para que se encaixe no que está sendo pedido na questão. Porém, essa iniciativa é interessante, pois guiada pelo professor ela pode ter resultados significativos no trabalho com a adequação dos tipos de linguagens.

A segunda questão da prática de linguagem traz um poema de Mário de Andrade, “Noturno de Belo Horizonte”. Essa atividade aborda a variação linguística relatada no poema. Como podemos ver a seguir:

Figura 6: Variação linguística

2. Leia a seguir um trecho do poema “Noturno de Belo Horizonte”, de Mário de Andrade.

Que importa que uns falem mole descansado
 Que os cariocas arranhem os erres na garganta
 Que os capixabas e paroaras escancarem as vogais?
 Que tem se os quinhentos réis meridional
 Vira cinco tostões do Rio pro Norte?
 Juntos formamos este assombro de misérias e grandezas,
 Brasil, nome de vegetal!...

ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. 6. ed. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. p. 188.

a) A que tipo de variação linguística o eu lírico faz referência nesse trecho do poema?
 b) Em quais versos esse tipo de variação linguística é evidenciado?
 c) De que forma o eu lírico compreende essas diferenças da língua? Que expressão presente no poema confirma sua resposta?
 d) Apesar dessa variação linguística, o eu lírico elabora uma conclusão relacionada à identidade brasileira. Que conclusão é essa?

Fonte: Barreto, Bárbara e Bergamin (2016, p.160).

Observando a imagem, observamos que na alternativa “a” a questão induz o leitor a identificar os conceitos de variação o aluno. Na letra “b” o aluno, novamente, realizará o procedimento de reconhecimento e reprodução, visto que ele indicará os versos que correspondem respectivamente à variação encontrada. A alternativa “c” tenta ampliar a resposta promovendo no aluno uma interpretação que está além do texto, pois no poema não há referência explícita da indicação do eu lírico sobre as variações linguísticas, isto é, o aluno terá que ler o poema e dizer com as suas palavras qual a posição assumida pelo o eu lírico sobre tais diferenças da língua. Essa questão leva o aluno a se colocar no lugar do eu lírico do poema, a refletir sobre a diversidade da língua, o pode levá-lo a perceber a naturalidade das expressões, as diferenças dos significados e das pronúncias das palavras nas diversas regiões. Entretanto, ao pedir que o aluno identifique qual “expressão indica a posição do eu lírico no poema” a questão volta a exercer a função de reconhecimento de palavras existentes no texto. Essa abordagem é problemática, porque pode causar uma prática de não reflexão sobre os conteúdos propostos. A letra “d” leva o aluno a pensar uma resposta além do texto, pois ele conseguirá

interpretar que mesmo o Brasil tendo uma diversidade linguística e diferenças regionais essas características constituem a representatividade do país.

As atividades que compõem a discussão e a interpretação da variação linguística deixam a desejar, pois não há questionamentos relevantes ao tema, as questões são de interpretação e reprodução do que está escrito no texto de referência para resposta. A proposta de ensino apresentada no livro não direciona para uma discussão ampla sobre que é o fenômeno da variação linguística, não abre oportunidade para que seja debatida na sala de aula.

Os contextos dos exercícios são unicamente voltados para resolução das perguntas, não situando os acontecimentos dos textos à realidade, são exercícios de identificação e reprodução do que está escrito, ou seja, fomentando na mecanização do ensino e desfavorecendo a discussão de um assunto relevante e presente no cotidiano dos indivíduos. Por muitas vezes, causador de diversas situações de preconceito e intolerância pela falta de conhecimento das diversidades existentes na língua. Em outras palavras, o livro ao abordar o conceito da variação linguística aproxima o aluno do tema, mas ao mesmo tempo não ampliam as reflexões acerca das situações reais em que essas variações acontecem.

Em relação à concepção de linguagem, verificamos que o LD, ao colocar a abordagem da variação linguística como um item do componente curricular de Língua Portuguesa fundamenta sua proposta de ensino a partir do entendimento que o uso da língua é uma prática socialmente construída na interação com o outro e que a língua se molda a partir do seu contexto de utilização. Para exemplificar selecionamos a tirinha a seguir:

Figura 7: A língua como prática social



Fonte: Barreto, Bárbara e Bergamin (2016, p.151).

Na imagem, os autores propõem chamar a atenção do leitor para o contexto em que essa conversa acontece. Já pela identificação dos trajés simples dos personagens e linguagem típica do interior, os estudantes podem perceber em qual contexto social a língua irá se realizar. No

segundo quadrinho o “vê se capricha no sotaque” e nas marcas de expressões dos demais quadrinhos (só!, oxente, cabra, arretado) podemos perceber que os personagens não são da região, pois há um esforço do personagem para que o amigo modifique o seu jeito de falar de acordo com o que o ambiente exige, ou seja, fica claro que o uso adequado do sotaque nesta situação será o diferencial para que ele consiga realizar o seu objetivo de conquistar a moça, ou seja, fica nítida a relevância da adequação da linguagem em determinados contextos sociais.

Os autores vão além da discussão sobre os quadrinhos e relaciona essa situação as diversas práticas sociais as que os falantes participam. Um exemplo é a entrevista de emprego, ou seja, tais palavras, sotaque, expressões, gírias soariam informal para uma pessoa que estivesse concorrendo a um trabalho que requiera o domínio do uso formal da língua, o posicionamento, as vestimentas, o comportamento e as escolhas das palavras nesta situação seriam outras, isto é, os autores mostram as diferenças nas expressões de ambientes informais para espaços que exijam formalidades. Ou seja, é possível analisar a partir desta imagem os fatores que determinam a produção de sentido, a forma como os falares podem representar a identificação dos falantes, os usos adequados a cada situação ou contexto entre outros.

Os autores do livro demonstram que há diversas formas de emprego da linguagem dependendo do contexto em que ela se realiza. Fatores como a condição de produção de sentido em situação de uso, as variedades de fala que caracterizam os falantes da língua, os valores sociais revelados através da língua, o uso adequado a cada situação ou contexto e as relações que se estabelecem entre os participantes da interação todos esses aspectos concretizam o uso da língua como prática social. Tais elementos determinam a modalização da linguagem nas situações de interação, pois de acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p.25), [...] O falante ajusta a sua linguagem, variando de um estilo informal a um estilo cerimonioso, a fim de se acomodar aos tipos específicos de situação.

Na perspectiva enunciativa-discursiva, conforme as diretrizes da BNCC (2019), a linguagem é concebida como “[...] ‘uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história’ (BRASIL, 2019, p. 67).

É inegável o quão relevante é essa perspectiva de linguagem como prática social defendida e orientada pelos documentos oficiais relativos ao ensino de Língua Portuguesa, pois mantém nítida a preocupação com a extinção do ensino engessado e guiado pela gramática descontextualizada em que não havia espaço para discussão da multiplicidade de sentidos que a linguagem engloba. Com relação à visão de linguagem como prática social Travaglia (2006, p.23) diz que “A linguagem é, pois lugar de interação humana, de locutores comunicativa pela

produção de efeitos de sentido entre os interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico.

Portanto, a linguagem como prática social assumida no Livro Didático de Língua Portuguesa (LDP), possibilita um ensino com foco na análise e reflexão sobre as práticas de linguagem no seu contexto social, relacionando a língua à sua prática discursiva no cotidiano. Essa concepção discutida em um material de fácil acesso às escolas e desde que, manuseado de forma significativa em sala de aula pode ampliar a visão da linguagem dos estudantes e sobre os diversos usos da língua e suas implicações para as práticas sociais de interação e comunicação.

Quanto à organização das atividades da sessão práticas de linguagens observamos que os exercícios presentes no LD não satisfazem a proposta de concepção de linguagem como prática social, como pode ser visto nas questões analisadas acima. Essas questões desempenham uma única forma de uso da linguagem como comunicação, ou seja, o aluno aplicará a resposta esperada para a questão e, conseqüentemente, não haverá possibilidade de ampliação desses conhecimentos ao que está fora do texto. Tais questões que deveriam ser relacionadas ao estudo e discussão ampla a respeito da variação linguística exercendo papel linguístico social acabam por desempenhar a forma tradicional mecânica de reconhecimento de regras e transmissão da mensagem, desconsiderando o debate proposto a respeito da variação linguística.

Para finalizar, dizemos que o livro didático, enquanto principal instrumento de ensino/aprendizagem, pode propiciar a interação de professores e alunos em sala de aula. Para tanto, é necessário que esse material didático “[...] viabilize o acesso de professores, alunos e famílias a fatos, conceitos, saberes, práticas, valores e possibilidades de compreender, transformar e ampliar o modo de ver e fazer a ciência, a sociedade e a educação” (BRASIL, 2018, p.10). É necessário que o LD abranja os contextos sociais para que o sujeito seja capaz de agir nas diversas situações da realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a abordagem da variação linguística no livro didático (LD) de língua portuguesa. Para tanto, delimitamos alguns objetivos específicos a serem verificados. São eles: em relação aos aspectos conceituais da variação linguística é possível observarmos que o LD apresenta os principais conceitos sobre a variação linguística, contemplando explicações pontuais e importantes acerca do tema. O que chama a atenção nessa proposta do LD é que esses esclarecimentos têm referências teóricas que servem de base para

seu aprendizado em relação à variação linguística, visto que os temas são desenvolvidos de modo detalhado, havendo uma explicação minuciosa e precisa sobre os inúmeros aspectos pertinentes ao conteúdo apresentado.

A nossa investigação demonstrou que houve por parte do LD preocupação em explicar detalhadamente sobre o assunto, o que consideramos um ponto significativo para a discussão sobre esse tema, pois, podemos perceber que há propostas para que esse conteúdo seja mais bem compreendido pelo aluno, podendo resultar na apropriação desse aluno das especificidades relativas à variação linguística.

No que diz respeito à concepção de língua/linguagem que fundamenta a proposta do livro didático, identificamos de forma predominante a perspectiva de língua como prática social que admite que a linguagem esteja intimamente relacionada ao seu uso coletivo na sociedade, exercendo papel imprescindível nas relações humanas. Desse modo, o livro didático apresenta uma proposta de ensino de LP que se orienta pela concepção de linguagem como interação, porém, verificamos em algumas questões e atividades a presença da concepção de linguagem como instrumento de comunicação, pois as respostas se findavam no próprio texto e no LD não havendo relação com o social, contrapondo de se trabalhar à língua intrinsecamente envolvida na prática social.

Esta pesquisa proporcionou uma reflexão sobre o estudo da variação linguística no Livro Didático, além de demonstrar o quanto é necessário que os materiais didáticos apresentem propostas de ensino de Língua Portuguesa a partir do estudo e da análise variação linguística como forma de perceber que a língua está em constante modificação, com foco na exploração da capacidade dos falantes em adequar os usos linguísticos às diversas situações de comunicação e de interação social. Por fim, consideramos ser primordial a continuidade de pesquisas e debates sobre esse tema, principalmente em relação à análise de livro didático, material didático mais presente em sala de aula, de modo a verificar os avanços e os recuos no estudo da variação linguística e suas implicações em relação ao ensino de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática:** por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ARAÚJO, Aluiza Alves de; PEREIRA, Maria Lidiane de Sousa. **Variação linguística em livro didático do ensino fundamental.** Porto Alegre, 2017.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico.** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARRETO, Ricardo Gonçalves; BÁRBARA, Marianka Gonçalves-Santa; BERGAMIN, Cecília. **Ser protagonista: Língua portuguesa, 1º ano: ensino médio.** São Paulo: Edições SM, 2016.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRASIL, **Base nacional comum curricular.** Versão final. Brasília: MEC, 2017.

_____. **Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias.** v.1. Secretaria de Educação Básica (SEB). Departamento de Políticas de Ensino Médio. Brasília - DF, 2006.

_____. **PNLD 2018: língua portuguesa – guia de livros didáticos – Ensino Médio/** Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica (SEB). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília - DF, 2017.

CECILIO, Sandra Regina; MATOS, Cleusa Maria Alves de. **Revisitando o livro didático: a variação linguística e o ensino de língua.** Londrina: Entretexos, 2006.

DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **O livro didático de português: múltiplos olhares.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

FARACO, Carlos. Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FORIN, José Luiz (org.) **Linguística? O que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013.

GERALDI, Wanderney. **O texto na Sala de Aula.** São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Portos de Passagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Y. L. S. A natureza sistêmica das crenças acerca da variação/diversidade linguística de formandos. *In:* EULALIO, L. M. L.; COSTA, M. T. A.; CARVALHO, M. A. F.; GOMES, Y. L. (Org) **Articulações e re(a)presentações linguísticas: uma reflexão sobre língua e discurso em processo.** 1ed.Teresina: EDUFPI, 2017, v. 1, p. 14-28.

_____. **As crenças de formandos de português e de espanhol acerca da variação linguística: um estudo na perspectiva da complexidade.** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. UFMG, 2014.

_____. **O ensino de língua materna na perspectiva da sociolinguística [manuscrito]:um estudo etnográfico numa escola pública de Teresina-PI .** (Dissertação de Mestrado). Pós-Graduação em Letras. UFPI, 2010.

KOCH, Ingedore Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2005.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

OTA, Ivete Aparecida da Silva. **O livro didático de língua portuguesa no Brasil**. Educar, Curitiba: UFPR, 2009.

SAUSSURE, F de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, IzidorBlikstein. 27° ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Kleber Aparecido da.; ARAGÃO, Rodrigo Camargo. (Orgs.). **Conversas com formadores de professores de línguas: avanços e desafios**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

SOARES, Magda. Concepções de linguagem e o ensino da Língua Portuguesa. In: BASTOS, N. B. (Org.). **Língua Portuguesa: história, perspectivas, ensino**. São Paulo: Educ, 1998.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1997.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática**. São Paulo: Cortez, 2009.

VOLÓCHINOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e EkaterinaVólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.